

## **Aspectos históricos da Educação Infantil no município de Maringá: de sua fundação aos dias atuais**

Aline Aparecida da Silva (UEM)

Dra. Marta Chaves (UEM)

Leiliane Aparecida Alcantara Felix (UEM)

Vinícius Stein (UEM)

### **Introdução**

O presente trabalho objetiva apresentar estudos iniciais sobre os aspectos históricos das instituições de Educação Infantil do Município de Maringá, estado do Paraná, Brasil, desde sua fundação até a atualidade. A pesquisa justifica-se por acreditamos que pesquisar os aspectos históricos da educação, em especial da Educação Infantil, é necessário para entendermos como essas instituições escolares se desenvolveram. Consideramos relevante retomar a história, pois, a partir do conhecimento histórico podemos compreender questões afetas a Educação contemporânea, em especial, a Educação Infantil no século XXI.

Atualmente, a Educação Infantil tem reconhecimento de ordem legal. Conforme a Lei nº 9.394/96, em seu Artigo 29. A partir dessa Lei, a Educação Infantil passou a integrar a Educação Básica, juntamente com o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Diferente dos demais níveis da educação, a Educação Infantil não tem currículo formal. Desde 1998 há o *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*, constituindo-se um documento orientador, sem determinação legal e que tem sido considerado em inúmeras instituições escolares. Destaca-se pela sua semelhança com os Parâmetros Curriculares Nacionais, que embasam a atuação profissional nos 1º anos do Ensino Fundamental, documento também do Governo Federal.

Ressaltamos que mesmo antes de a Educação Infantil ter a sua relevância assegurada por Lei, na da década de 1980, já havia no Brasil preocupação com esse nível de ensino. Há pesquisas que fazem referência a

organizações de Educação Infantil já em 1904.

No próximo item, apresentaremos aspectos históricos que proporcionaram o desenvolvimento da Educação Infantil em âmbito mundial, nacional, estadual e no município de Maringá.

### **Educação Infantil no cenário mundial**

Por um período extenso, a educação e o cuidado para com as crianças eram responsabilidade da família ou do grupo social ao qual ela pertencia. Segundo Bujes (2001), por um longo período, não houve nenhuma instituição responsável por compartilhar essa responsabilidade pela criança com seus pais e com a comunidade da qual esta fazia parte. A autora salienta “Isso nos permite dizer que a educação infantil, como nós a conhecemos hoje, realizada de forma complementar a família, é um fato muito recente. Nem sempre ocorreu do mesmo modo, tem, portanto, uma história” (BUJES, 2001, p.13).

No século XVIII é que se começam a aparecer os primeiros questionamentos referentes à educação das crianças pequenas, resultantes da mudança de atitudes que as famílias tiveram a partir do momento em que passaram a considerar a criança com suas especificidades, sendo que, até então a criança era vista e tratada como um adulto. A partir do desenvolvimento do conceito de infância, mudam-se a atitude, os ensinamentos e os cuidados para com os pequenos. A compreensão de que a criança precisava de cuidados específicos provocou ainda mudanças no quadro educacional. Desenvolveram-se, então, preocupações relativas à educação de crianças desde seus primeiros meses até os seis anos.

De acordo com Abramovay e Kramer (1991), historicamente a necessidade da pré-escola aparece como reflexo das transformações sociais, políticas e econômicas que ocorreram na Europa, especialmente na França, a partir do século XVIII. Assim, desenvolveram-se as creches, que segundo as autoras, possuíam inicialmente caráter assistencialista. As primeiras creches visavam afastar as crianças pobres do trabalho servil que o sistema capitalista

lhes impunha. Estas serviam ainda de guardiãs de crianças órfãs e dos filhos de trabalhadores.

Nesse sentido, podemos assinalar que um dos motivos para a criação das creches e pré-escolas foi o fato de as mulheres terem, a partir da Revolução Industrial, adentrado ao mundo do trabalho assalariado e não tinham com quem deixar os filhos de idade entre os primeiros meses e os seis anos, havendo então a necessidade de um local onde pudessem deixar seus filhos no período em que estivessem trabalhando.

Para Kuhlmann Jr (2001), há registros que a primeira instituição de educação para crianças nesta faixa etária, foi fundada por Oberlin no ano de 1769, na França, mais precisamente na paróquia rural francesa de Ban-de-la-Roche, chamada de “escola de principiantes” ou “escola de tricotar”.

Tendo realizado uma breve caracterização da gênese da Educação Infantil institucionalizada, a nível mundial, apresentamos, em seguida, como essas instituições educativas escolares se desenvolveram no Brasil, quais eram seus objetivos e seus avanços.

### **Educação Infantil no cenário nacional**

De acordo com Ruiz (2011), a creche no Brasil instituiu-se no final do século XIX em decorrência do processo de industrialização e urbanização que o país estava vivendo. Tratando dessa questão, Faria (1997) afirma que no Brasil a creche é construída de forma peculiar, pois nos países europeus ela foi proposta em função do trabalho industrial feminino. Assim, as creches populares foram criadas com o objetivo não só de atender as operárias industriais, mas também os filhos das escravas que trabalhavam como empregadas em residências de pessoas com padrão de vida abastado.

Kramer (1991) assevera que as primeiras iniciativas no Brasil destinadas à criança pequena partiram de higienistas e se dirigiram contra a taxa de mortalidade infantil. Em sua maioria, estes se preocupavam com questões de alimentação, higiene e segurança física das crianças.

Havia no Brasil a chamada, “Roda dos expostos” ou “Roda dos Excluídos”, onde eram colocados os bebês abandonados pelas famílias. Os

locais eram compostos por uma estrutura em forma cilíndrica, dividida ao meio, fixados nas janelas das casas de misericórdia. Quando uma pessoa deixava a criança na “roda”, puxava uma corda para avisar à rodeira, mantendo sua identidade preservada (PASCHOAL, 2010). Vale destacar que a “Roda dos expostos” foi à primeira instituição destinada ao atendimento de crianças no Brasil. Essa roda de assistência à infância permaneceu no Brasil por muito tempo, fazendo parte da Colônia, do Império e da República, sendo extinta no século XX. Conforme Marcilio (2001), o Brasil foi o último país a abolir esse sistema, no ano de 1950.

Dessa maneira, no final dos anos 1970, desenvolvem-se as creches comunitárias como forma de organização popular, em busca do direito à creche. Na década de 1980, intensificou-se a expansão da rede de creches públicas no Brasil, ligada à pressão dos movimentos populares mais fortes em determinadas regiões da periferia. Dentre esses movimentos, Ruiz (2011) destaca o movimento Luta por Creches, a Pastoral do Menor, além das Sociedades Amigos de Bairros. A alegação muito presente em relação à criação de creches era o de que sua instalação era muito cara, os custos de manutenção eram altos, por isso afirmava-se que o melhor era incentivar a participação de setores privados e que o Estado contribuiria indiretamente por meio de convênios.

Em decorrência da mobilização popular e política do final dos anos 1970 e durante os anos de 1980 em prol da mudança da ordem repressora para a institucionalização democrática foi possível a conquista, na Constituição de 1988, do reconhecimento à educação em creches e pré-escolas como direito da criança e dever do Estado (RUIZ, 2011, p.9).

Após a Constituição Federal de 1988 ter afirmado como dever o Estado garantir a oferta de creche e a pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade. Tomou-se por orientação que as instituições deveriam não apenas cuidar das crianças, mas desenvolver um trabalho educacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) lei n. 9.394/96 caracteriza a Educação Infantil (creche e pré-escola) como primeira etapa da Educação Básica. Segundo essa legislação, a creche

deve atender as crianças de zero até três anos de idade e a pré-escola, as crianças de 4 a 6 anos de idade (RUIZ, 2011, p.10).

Com a aprovação da LDBEN de 1964, e a partir da Constituição Federal de 1988, foram criados documentos que tratam de questões afetas à Educação Infantil. Destacamos aqui o *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil* (BRASIL, 1998), criado no sentido de regular o funcionamento e de garantir qualidade no interior das instituições de Educação Infantil.

Notamos grande avanço no que diz respeito aos direitos da criança pequena. Ao refletir sobre o desenvolvimento das instituições educativas infantis no país, percebemos que este foi um processo complexo e que mesmo o desenvolvimento das creches estando atrelada aos interesses burgueses esta só se desenvolveu após pressão da classe trabalhadora.

### **Educação Infantil no cenário estadual - Paraná**

Neste item, apresentaremos o contexto no qual se desenvolveram as primeiras instituições educativas destinadas às crianças pequenas, com destaque para o modo com que essas instituições eram organizadas. Faremos destaque também ao contexto paranaense exposto no caderno elaborado em 2006 e indicado pela Secretária Estadual de Educação, intitulado *Orientações para (re)elaboração, implantação e avaliação de proposta pedagógica na Educação Infantil* (PARANÁ, 2006).

De acordo com Lara (2006), a discussão sobre a Educação Infantil iniciou quando o Paraná deixou de pertencer à 5ª Comarca de São Paulo para tornar-se Estado autônomo. Os primeiros regulamentos da instrução pública na província do Paraná para o ensino primário e secundário originou-se com a reforma de Couto Ferraz, que aprovou a Lei nº21, de 2 de março de 1857.

Em 1904, no governo de Vicente Machado, foi inaugurado o primeiro Jardim de Infância do Paraná, chamado Maria de Miranda, que utilizava do método Froebel (LARA, 2006). A implantação dos jardins de infância impulsionou a educação e proporcionou uma ampliação do ensino público. Porém, mesmo sendo fundamental a implantação dos jardins de infância,

nesse período cabia aos professores a obtenção de seu salário. Nesse período, a educação oferecida era moralizadora, pois de acordo com Paschoal e Machado (2008), seus defensores almejavam “salvar” as crianças por meio de uma educação assistencialista de caráter repressora e punitiva.

Chaves (2008), em estudos afetos à organização da educação no Estado do Paraná, postula que já nos anos de 1950 o planejamento educacional de todos os níveis de ensino no Paraná foi elaborado sob orientação dos Estados Unidos, que enviaram seus técnicos e orientações à Secretária de Educação do Estado (CHAVES, 2008).

O Paraná vivencia um período de transição que requer ações compartilhadas em regime de colaboração entre Estados e Municípios. De acordo com o texto (PARANÁ, 2006), um levantamento realizado junto aos municípios revelou que o processo de integração das Instituições de Educação Infantil aos sistemas de ensino vem ocorrendo de forma lenta e gradativa, revelando que grande parte das Instituições de Educação Infantil permanecem vinculadas apenas às Secretárias da Assistência Social.

O referido documento apresenta dados do Censo Escolar de 2004, que mostram que há cerca de 98.255 crianças matriculadas em creches e 248.356 em pré-escolas. Aproximadamente 69% das crianças encontram-se nas Instituições de Educação Infantil municipais. As escolas particulares são responsáveis por 30% das matrículas, e a instância estadual por menos de 1% do total de matrículas.

O documento destaca propostas que perpassaram os anos de 1980 e 1990. Uma delas foi o *Currículo Básico para Escola Pública do Estado do Paraná* (PARANÁ, 1990), documento publicado pela Secretaria de Estado do Paraná em 1990 e que constituiu uma proposta de reorganização curricular de pré-escola a 8ª série para a Rede Estadual de Ensino do Paraná.

Esse processo se iniciou no ano de 1987 e teve a participação de educadores das escolas, das equipes dos Núcleos Regionais, da Secretaria de Estado da Educação e de consultores das universidades. A organização curricular objetivava em primeiro plano a implantação do Ciclo Básico de Alfabetização. Para que essa proposta fosse concretizada, foram realizados

estudos e cursos de atualização para que fossem revistas às concepções de educação, os conteúdos, as metodologias e a avaliação visando à reorganização pedagógica da escola pública paranaense. No que tange à Educação Infantil, esse currículo contemplou somente a pré-escola, pois muitas instituições públicas que atendiam crianças nesse momento estavam vinculadas às Secretarias de Assistência Social (PARANÁ, 2006).

Vale lembrar que do ponto de vista da história, a educação de crianças pequenas esteve à margem do sistema educacional brasileiro, já que até meados dos anos 1980 quase não havia, em termos de legislação, a garantia de oferta desse nível de ensino. Paschoal e Machado (2008) assinalam que é a partir da segunda metade da década de 1980 que diversos segmentos uniram-se com intuito de sensibilizar a sociedade acerca da relevância de se compreender a infância como um período de transformações extremamente significativas na vida da criança.

### **Educação Infantil no município de Maringá**

De acordo com Lara (s.n.t), a primeira escola desse nível educacional instaurou-se nos anos 1950 por iniciativa privada, mas a proposta remete às discussões nos anos 1960, pois é nesse período que o município passava por intensa transformação social devido ao fluxo da população rural, havendo, assim, a necessidade de mais escolas no perímetro urbano.

Em 1970, a educação pré-escolar passa a ganhar mais atenção do Estado e nos anos 1980 já possuía características próprias do município, envolvendo pré-escolas particulares, públicas e creches, as quais desenvolviam com as crianças de até seis anos, atividades que variavam desde recreação até educação formal (LARA, s.n.t).

No ano de 1960, segundo Lara (s.n.t), a educação pré-escolar no Brasil possuía caráter assistencialista. Nesse período, Maringá passava por transformações sociais intensas devido à expansão cafeeira, ao crescimento demográfico, à urbanização e ao crescimento do comércio. Conseqüentemente essas transformações influenciaram o campo educacional. Nessa mesma década, o índice de crianças que frequentavam a escola no município ainda

era baixo, aproximadamente 25,6%, esse percentual justifica-se pela insuficiência de escolas e pelo pouco interesse dos pais em matricular e manter os filhos na escola, preferindo que estes ajudassem nas atividades agrícolas.

Conforme dados da Secretaria Municipal de Educação (SEDUC, s.n.t) as primeiras instituições do município de Maringá destinadas a crianças de 0 a 6 anos, denominadas creches, foram fundadas nos anos de 1977 e 1979 e objetivavam oferecer um atendimento com ênfase à assistência, relegando a educação a um plano secundário. Essas instituições eram administradas pela Secretaria de Educação. Todavia, em 1985, de acordo com a vontade política da época, as creches existentes foram desmembradas da Secretaria de Educação, passando a ser administradas pela Fundação de Desenvolvimento Social de Maringá. Dessa maneira, até o ano de 2001 a Educação Infantil em Maringá era integrada à área de assistência social e o aspecto educativo não era prioridade.

O primeiro colégio a oferecer a Educação Infantil no município foi o Colégio Santa Cruz, fundado no ano de 1953. Em 1953 inauguraram as primeiras salas para aulas, diretoria e secretaria. O colégio foi instituído no chamado Maringá Velho, tendo como primeira diretora Luiza de Matos Braga, que na época era professora da Escola Pública local, e assumiu a diretoria, pois os documentos das Irmãs Carmelitas ainda não estavam em ordem. A atual diretora do colégio Santa Cruz, Anna Thereza J. Valias Meira, que foi aluna do mesmo, afirma que mais de 13.000 crianças lá se formaram (SANCHES, 2006).

Segundo Lara (s.n.t), a educação pré-escolar no município tinha representação significativa das escolas particulares, que desde 1950 trabalhou com esse nível educacional. Além do Colégio Santa Cruz (1953), a autora faz referência às seguintes instituições: Colégio Adventista (1956); Santo Inácio (1957); Nossa Senhora da Glória (1958); São Francisco Xavier (1963); Regina Mundi (1967); Paraná (1967); e Luz Amor (1969).

No que se concerne aos anos de 1970, Lara (s.n.t) postula que:

Se a educação pré-escolar deixou há “pouco” seu caráter assistencialista, passando nesse período para uma

caracterização compensatória, pressupõe-se que, não havendo preocupação com a educação pré-escolar, no plano legal, as discussões acadêmicas tenderão a apresentar uma carência de conhecimentos teóricos e empíricos, problema esse que tenderá a ser superado nos anos 1980 (LARA, s.n.t, p.9).

A autora complementa:

Ao tratar, especificamente, de Maringá, a preocupação maior ficou em torno das gestões dos prefeitos, que muito contribuíram para o desenvolvimento da educação pré-escolar no município. Nesse período, retoma-se a administração do prefeito Adriano José Valente (1968-1972). Coube a ele a adequação do município no sentido de aperfeiçoar o setor educacional, criando a infraestrutura necessária para a implantação da nova legislação e investindo na formação profissional e capacitação docente, entre outras iniciativas (LARA, s.n.t, p.11).

Ainda segundo Lara (s.n.t), foi implantada no município, com o respaldo do então prefeito Adriano José Valente, uma proposta de trabalho modelo desenvolvida com a Unidade Pólo de Ação da Pré-Escola (UPAPE), sendo expandido mais tarde aos bairros de periferia por meio da Unidade Satélite de Ação da Pré-Escola (USAPE). A autora salienta que essas duas instituições, juntamente com a escola-modelo Maria da Luz Ribas Machado, seguiram uma linha didático-pedagógica voltada para a preparação da criança pré-escolar por meio da relação família-escola. Foi ainda nos anos 1970 que se implantaram os núcleos de ensino, na gestão do prefeito João Paulino Vieira Filho (1976-1982).

Na década de 1980 havia os seguintes Centros Municipais de Educação Infantil em Maringá: Centro Municipal de Educação Infantil France Luz (1985); Centro Municipal de Educação Infantil Aparecida FortunataBartaliniSeneme (1988); Centro Municipal de Educação Infantil Bom Samaritano (1987); Centro Municipal de Educação Infantil João XXIII (1984); Centro Municipal de Educação Infantil Nice Braga (1981); Centro Municipal de Educação Infantil Nilza de Oliveira Pipino (1987); Centro Municipal de Educação Infantil Pioneiro Vanor Henriques (1988) e Centro Municipal de Educação Infantil Walkíria

Fontes (1987). (SEDUC, s.n.t)

Ressaltamos que as pré-escolas estaduais eram administradas pela Secretaria da Educação do Estado do Paraná e supervisionadas a nível local pelo Núcleo Regional de Educação de Maringá. Segundo Lara (s.n.t), o ensino pré-escolar, reconhecido oficialmente, se desenvolveu à medida que os recursos favoreceram seu plano de expansão, principalmente na rede municipal. A autora salienta que o cuidado e o tratamento dispensados à educação pré-escolar em Maringá no decorrer dessa década (1980) foi diferente dos períodos anteriores, pois em 1980 já havia a preocupação afetas as questões pedagógicas.

### **Considerações Finais**

Nesta pesquisa, objetivamos apresentar aspectos históricos da Educação Infantil do município de Maringá e para isso consideramos necessário percorrer a história desse nível educacional primeiramente em seu aspecto amplo, para compreendermos a trajetória que essas instituições percorreram para se formar tais como são hoje. Ao estudar questões afetas à Educação Infantil, percebemos que a instauração das instituições que ofertam esse nível de ensino não ocorreu de maneira simples, ao contrário, foi um processo demorado e de entraves políticos, econômicos e sociais.

Nosso estudo revelou que houve preocupação, no cenário mundial, brasileiro e paranaense, desde seu início, com o cuidado das crianças, em especial com os filhos da classe trabalhadora. E concomitante a isso, diversos pesquisadores se dedicaram à defesa de que esse nível de ensino deveria ministrar diferentes conhecimentos.

Compreendemos que a Educação Infantil deve se constituir como espaço para o pleno desenvolvimento da criança. Dessa maneira as escolas de Educação Infantil têm fundamental importância para o desenvolvimento das crianças, pois nesse ambiente a criança pode aprimorar e desenvolver habilidades como memória, atenção, raciocínio, linguagem, criatividade e diversas outras habilidades. Nesse ambiente pode-se ampliar permanentemente o universo das crianças, sua realidade imediata a favor de

uma educação criativa e criadora para todos.

Acreditamos por meio de conteúdos e recursos devem ser propiciados às crianças o que há de mais elaborado, produzido historicamente pela humanidade. Constatação que evidencia a importância da formação dos professores. É fundamental aprimorar a formação, pois, com uma formação consistente, instaura-se a possibilidade de apresentar aos alunos o belo, e a partir disto, oportunizar as crianças a reflexão de um conteúdo sistematizado, previamente planejado e organizado com o objetivo de promover o desenvolvimento pleno da criança.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; KRAMER, Sonia. "O Rei Está Nu": um debate sobre as funções da pré-escola. In: SOUZA, Solange Jobim; KRAMER, Sonia.

**Educação ou tutela?** A criança de 0 a 6 anos. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federal do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Imprensa Oficial. Brasília, DF, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**

**Nacional.** Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental.

**Referencial curricular nacional para a educação infantil.** Brasília, DF, 1998.

BUJES, Maria Isabel E. Escola infantil: pra que te quero? In: CLAUDY, Carmem; KAERCHER Glaidis E. **Educação infantil pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

CERISARA, A.B. A produção acadêmica na área da Educação Infantil com base na análise de pareceres sobre o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil. In: FARIA, A.L.G.; PALHARES, M.S. (orgs) **Educação Infantil Pós-LDB: rumos e desafios.** Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

CHAVES, Marta. **O papel dos Estados Unidos e da UNESCO na formulação e implementação da proposta pedagógica no Estado do Paraná na década de 1960:** o

caso da Educação no Jardim de Infância. 2008. 279 f. Tese (Doutorado).

Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo.

FARIA, Sonimar Carvalho. História e políticas de educação infantil. In: FAZOLO, Eliane et al. **Educação Infantil em Curso**. Rio de Janeiro: Ravil, 1997.

KRAMER, Sonia. O papel social da pré-escola pública: contribuições para um debate. In: KRAMER, Sonia; SOUZA, Solange J. **Educação ou tutela? A criança de 0 a 6 anos**. São Paulo: Loyola, 1991.

KUHLMANN JR. O Jardim de infância e a educação das crianças pobres: final do século XIX, início do século XX. In: MONARCHA, Carlos (Org.). **Educação da infância brasileira: 1875-1983**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. p. 3-30. Coleção educação contemporânea.

LARA, Â. M. de B. Apontamentos históricos sobre a educação infantil no Estado do Paraná: 1904-1940. In: SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J.L. (orgs). **História e história da educação: o debate teórico-metodológico atual**. 3º ed. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2006.

\_\_\_\_\_. **A história da educação pré-escolar no Município de Maringá-PR (1950-1980)**. Sem notas tipográficas.

MARCILIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil. 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar. **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.

PARANÁ. **Currículo Básico para a Escola do Estado do Paraná**. Curitiba, 1990.

PARANÁ. **Orientações para (RE) elaboração, implementação e avaliação de propostas pedagógicas na educação infantil**. Curitiba, 2006.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional.

**Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.33, 2008.

PASCHOAL, Jaqueline D. **Aspectos históricos do trabalho pedagógico dos primeiros jardins de infância no estado do Paraná**. 2010. 234 f. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Temas em Destaque**. Creche. São Paulo: Cortez, 1989.

RUIZ, Jocilene de Souza. **O surgimento da creche – uma construção social e histórica**. V Encontro Brasileiro De Educação E Marxismo Marxismo, Educação E Emancipação Humana 11, 12, 13 E 14 De Abril De 2011 – Ufsc – Florianópolis – Sc – Brasil.

SANCHES, Antenor. **Maringá, outrora e agora.** Maringá: Bertoni, 2006.

SEDUC. **Secretaria de Educação.** Sem notas tipográficas. Disponível em:  
<http://www2.maringa.pr.gov.br/educacao/>, acesso em 10 de agosto de 2011.